

# O Movimento Feminista durante a ditadura militar no Brasil e no Chile: conjugando as lutas pela democracia política com o direito ao corpo

Karina Janz Woitowicz\*  
Joana Maria Pedro\*\*

**Resumo:** Como se articula o movimento feminista em meio às lutas pela democracia que marcaram a ditadura militar no Brasil (1964-1985) e no Chile (1973-1990)? Como se deu o debate entre os direitos humanos e as reivindicações específicas das mulheres nos periódicos feministas brasileiros e chilenos? O presente texto se propõe, através de uma perspectiva comparativa, a levantar alguns elementos sobre os processos de organização e luta protagonizados pelo movimento feminista nos referidos países do Cone Sul, observando como as mulheres conjugaram a resistência política ao regime militar com reivindicações do campo da sexualidade, como contracepção e aborto. Para indicar aproximações e diferenças entre os dois países sobre a questão proposta, serão tomados como referência os discursos da mídia alternativa produzida pelo movimento feminista, em que se destacam os conflitos e enfrentamentos com os setores conservadores e os partidos de esquerda vivenciados pelas organizações de mulheres, na luta pela democracia e pela igualdade de gênero.

**Palavras-chave:** movimento feminista; ditadura militar Brasil/Chile; direitos das mulheres; imprensa feminista; mídia alternativa.

## 1. Considerações Iniciais

As experiências de governos autoritários que marcaram a história recente da América Latina constituíram um cenário favorável para o desenvolvimento de movimentos sociais, que lutavam contra a repressão política e pela garantia dos direitos humanos. É neste contexto que o movimento feminista irá ocupar um importante papel de resistência, conjugando as lutas pela democracia com as lutas específicas das mulheres pela igualdade e pela

**Abstract:** How to articulate the feminist movement in the middle of the struggle for democracy that marked the militar dictatorship in Brazil (1964-1985) and in Chile (1973-1990)? How was the debate between the human rights and the women's specific demands on the Brazilian and Chilean journals? The present text proposes, through a comparative perspective, to raise some elements on the organization and struggle processes cast by the feminist movement in the mentioned countries in the South Cone, observing how women conjugated their political resistance to the militar dictatorship with their demands in the sexuality field, such as contraceptions and abortion. To indicate the similarities and differences between the two countries on the subject, the discourses of the alternative media, produced by the feminist movement, will be taken as reference. Here, the conflicts and confrontments with the conservative sectors and the left wing parties faced by the women's organizations, fighting for democracy and gender equality, are highlighted.

**Key words:** feminist movement; Brazilian/Chilean militar dictatorship; women's rights; feminist press; alternative media

autonomia no meio social.

O presente artigo se propõe a levantar alguns elementos para compreender as lutas e os embates protagonizados pelos movimentos feministas durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985) e no Chile (1973-1990), através de uma abordagem comparativa em torno do debate sobre questões políticas versus questões feministas operadas no interior destes movimentos. Baseando-se na perspectiva da História Comparada, reconhecida como um “múltiplo campo de observação”<sup>1</sup>, serão tomados como objeto alguns

\*Professora do curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa e doutoranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. karinajw@hotmail.com

\*\*Professora Dra. do curso de História, do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, e mail: joanamar.pedro@gmail.com

<sup>1</sup>BARRROS, José D'Assunção. História Comparada – um novo modo de ver e fazer a história. *Revista de História Comparada*. Vol. 1, n. 1, jun. 2007. Disponível em: <http://www.hcomparada.ifcs.ufrr.br/revistahc/revistahc.htm>. Acesso em: 15/03/2008, p. 02.

exemplares dos jornais brasileiros *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio* e dos chilenos *Marea Alta* e *Puntada con Hilo*, bem como edições da revista *FemPress* – Red de Comunicación Alternativa de la Mujer<sup>2</sup>. Ao recuperar fragmentos de veículos alternativos publicados nos dois países do Cone Sul, procura-se traçar algumas semelhanças e diferenças no que diz respeito às reivindicações específicas das mulheres, em especial as questões do campo da sexualidade e do direito ao corpo.

De acordo com José A. Barros, a história comparada:

[...] tanto impõe a escolha de um recorte geminado de espaço e tempo que obrigará o historiador a atravessar duas ou mais realidades sócio-econômicas, políticas ou culturais distintas, como de outro lado esta mesma História Comparada parece imprimir, através do seu próprio modo de observar a realidade histórica, a necessidade a cada instante atualizada de conciliar uma reflexão simultaneamente atenta às semelhanças e às diferenças, repensando as metodologias associáveis a esta prática<sup>3</sup>.

Ao discutir o método da comparação, o referido autor observa que o processo de análise não se dá de modo 'intuitivo', mas com base em elementos observáveis em relação ao outro: “trata-se de iluminar um objeto ou situação a partir do outro, mais conhecido, de modo que o espírito que aprofunda esta prática comparativa dispõe-se a fazer analogias, a identificar semelhanças e diferenças entre duas realidades, a perceber variações de um mesmo modelo”<sup>4</sup>.

A partir da questão chave que orienta este trabalho – como os movimentos feministas no Brasil e no Chile articularam as lutas políticas com as lutas pelos direitos das mulheres, através da comunicação alternativa? – serão observados o contexto em que se desenvolve o feminismo nos referidos países, a presença e representatividade do debate em torno das causas específicas das mulheres e as variações discursivas presentes nas publicações. Desse modo,

busca-se identificar as particularidades e as proximidades do feminismo no Brasil e no Chile, no que diz respeito ao uso da comunicação no debate sobre estas questões.

## **2. Movimento de mulheres e imprensa feminista**

A ditadura militar no Brasil e no Chile, em que pesem as diferenças e particularidades dos dois países, representou um período de autoritarismo político, violação dos direitos humanos e castração da liberdade de expressão. Os reflexos da tomada de poder pelos governos autoritários se traduziram em práticas de tortura, assassinatos, censura, repressão armada, perseguições e outras práticas que marcaram o período compreendido entre os anos 1964–1985 (Brasil) e 1973–1990 (Chile).

Em meio a este contexto de repressão política, surgem diversos movimentos sociais – de trabalhadores, estudantes, grupos de esquerda, organizações de mulheres, entre outros – que irão reivindicar a democracia e defender os interesses coletivos dos grupos a que pertencem. No presente artigo, interessa contextualizar a ação do movimento feminista na luta pela democracia e na conquista dos direitos das mulheres, bem como compreender o papel e a presença de veículos de comunicação nos processos de organização e visibilidade das causas feministas, nos dois países considerados. Para tanto, torna-se necessário situar, historicamente, o desenvolvimento do feminismo nos contextos brasileiro e chileno, bem como observar como estes movimentos inserem as práticas de comunicação alternativa como estratégias de resistência e como espaço de constituição das demandas em torno de suas causas e bandeiras.

### **2.1. Feminismo e imprensa alternativa no Brasil**

O feminismo no Brasil, caracterizado como de “segunda onda”<sup>5</sup>, surge na década de 1970, em meio ao período mais radical da ditadura militar, contando com a participação de mulheres que passaram pela experiência do exílio. De acordo com Elizabeth

<sup>2</sup>Foram consultadas todas as edições dos jornais brasileiros citados, disponibilizados no arquivo do Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina, e apenas algumas edições disponíveis dos jornais chilenos, recolhidos em visita ao Centro de Estudios de la Mujer (Santiago/Chile) em outubro de 2008.

<sup>3</sup>BARROS, J. A. Op. Cit. p.02.

<sup>4</sup>BARROS, J. A. Op. Cit. p. 05.

<sup>5</sup>Entre as fases do feminismo, considera-se a primeira onda (marcada pela conquista de direitos políticos) e a segunda onda (em que as lutas se voltam à conquista de direitos civis e culturais). Esta última ganha força nos anos 1970, com diversas organizações de mulheres e lutas que envolvem o direito ao corpo. Esta é a classificação usada por Joana Maria Pedro e outras pesquisadoras. Ver: PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). Revista Brasileira de História. São Paulo, Anpuh, n.52, vol. 26, 2006. p. 249-272.

Cardoso<sup>6</sup>,

Com os “anos de chumbo” da ditadura militar, várias mulheres brasileiras seguiram para o exílio e uma vez fora do Brasil elas fundaram grupos feministas no exterior. Quatro deles ganharam destaque: o Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior, criado por Zuleika Alembert, no Chile, durante os dois primeiros anos da década de 1970; grupo de autoconsciência, fundado por Branca Moreira Alves, em Berkeley, Estados Unidos, no início dos anos 70; o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, fundado em abril de 1976, por um grupo de mulheres brasileiras, e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris, fundado por Danda Prado, na França, em 1972.<sup>7</sup>

Joana Maria Pedro, em uma pesquisa sobre as narrativas fundadoras do feminismo e as disputas de poder entre os grupos, destaca que a prática dos grupos de reflexão era vista com hostilidade por determinados setores de esquerda, que apostavam em outras frentes de luta e consideravam inúteis tais discussões, devido ao seu viés “pequeno-burguês”; neste sentido, as lutas envolvendo sexualidade e autonomia do corpo “eram consideradas “idéias específicas”, e portanto divisionistas da luta geral que consideravam ter prioridade: pela democratização, pela anistia, pelo socialismo”<sup>8</sup>.

Para além destes impasses e dificuldades que acompanharam o processo de fortalecimento do feminismo, é preciso reconhecer a atuação de diversos grupos na luta pela superação das desigualdades entre homens e mulheres, que garantiram a legitimidade do movimento. Neste sentido, os anos 1970 registram uma série de conquistas relacionadas à participação das mulheres no meio social e ao comprometimento com as reivindicações e causas feministas.

Surgem vários grupos de consciência e em 1975, estimuladas pela instituição do Dia Internacional da

Mulher pela ONU – Organização das Nações Unidas, ocorrem reuniões no Rio de Janeiro e em São Paulo, que resultaram na criação do Centro da Mulher Brasileira (Rio) e do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (São Paulo). Em 1979 acontece o Primeiro Encontro Nacional de Mulheres e, na década de 1980, já existem dezenas de grupos feministas por todo país. Este é o momento em que começam a surgir lutas mais dirigidas: são criados vários clubes de mães, acontecem diversos congressos de mulheres e atos públicos, e ganham espaço lutas feministas como o direito ao corpo e sexualidade.

Estes movimentos reconhecem a necessidade das mulheres se fazerem ouvir, apostando em um discurso de contra-informação que assumiu, em alguns momentos, o duplo papel de denunciar e de mobilizar as mulheres na defesa dos seus direitos. Durante a ditadura militar brasileira, quando a imprensa alternativa<sup>9</sup> atuou como uma importante aliada para a conscientização de diferentes setores da sociedade, surgem as publicações do movimento feminista, que discutiam aspectos e tendências do movimento a partir de temáticas como trabalho feminino, participação política, liberdade sexual, igualdade de direitos, aborto, políticas públicas para as mulheres, condições de trabalho, violência, entre outras.

Assim, as experiências dos grupos feministas e de mulheres apontavam cada vez mais para a necessidade de criar um discurso próprio, capaz de fazer questionamentos e promover mudanças. Em um Encontro do Movimento das Mulheres no Brasil, realizado no Rio de Janeiro em agosto de 1981, entre as temáticas discutidas ganhava destaque a comunicação<sup>10</sup>. Ao abordar a importância da criação ou reapropriação da mídia, Leila Barsted observa que na década de 1970 novos espaços foram surgindo para dar voz às mulheres, a partir de meios variados: revistas, boletins, jornais alternativos, luta por espaço dentro da grande imprensa, do rádio, da televisão e do

<sup>6</sup>CARDOSO, Elizabeth. “Imprensa brasileira pós-1974”. *Estudos Feministas*. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC. V. 12, n. especial, 2004. p. 37-55.

<sup>7</sup>Ibidem p. 41.

<sup>8</sup>PEDRO, J. M. op. cit. Nesta mesma perspectiva, Céli Pinto (2003, p. 34) destaca que a luta contra a opressão da mulher era um assunto controverso também nos partidos de esquerda e nos meios de orientação anarquista e comunista: “por um lado, diferentemente do pensamento dominante na época, incorporava a mulher ao espaço público como companheira revolucionária. Por outro, entretanto, tinha muita dificuldade em aceitar a questão da dominação da mulher como um problema diferente do da dominação de classe”. (PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: F. Perseu Abramo, 2003.

<sup>9</sup>Entre os anos de 1960 e 80, surgem centenas de publicações, criadas por movimentos sociais e grupos de resistência, conhecidas como imprensa alternativa ou nanica. Segundo Chinem, entre 1964 e 1980 nasceram e morreram cerca de 300 periódicos. (CHINEM, Rivaldo. *Imprensa alternativa – Jornalismo de oposição e inovação*. São Paulo: Ática, 1995). Para um mapeamento e uma classificação dos veículos alternativos durante o período da ditadura militar no Brasil, ver: KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta Editorial, 1991.

<sup>10</sup>O evento discutiu o papel educativo dos meios de comunicação, considerando, segundo Leila Linhares Barsted que cumprem “não apenas o seu sentido conservador de reprodução da ideologia dominante, mas também, o seu sentido de mudança enquanto focos de resistência e propagadores das novas idéias e valores”. Ver, BARSTED, Leila Linhares. “Comunicação: é falando que a gente se entende”. In: PROJETO MULHER. *Mulheres em Movimento*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero; Instituto de Ação Cultural, 1983. p. 13-16).

cinema. Para ela, “os veículos de comunicação se apresentam inseridos numa estratégia de educação do movimento feminista, de recriação da identidade social da mulher e de resgate de nossa história.”<sup>11</sup>

A necessidade de uma imprensa feminista própria colocou-se, assim, a partir da consciência de que os meios tradicionais de comunicação, esfera de atuação dos donos do poder, e até mesmo alguns setores da imprensa alternativa, ou ignoram a mulher, ou reforçam os estereótipos discriminatórios a seu respeito, ou a manipulam enquanto objeto de consumo-consumidora. Ou seja, negam a existência de um falar feminino e, portanto, de uma mulher sujeito de sua fala e de seu desejo<sup>12</sup>.

Entre as experiências de imprensa alternativa feminista, destacam-se os jornais *Brasil Mulher* (1975-1979), *Nós Mulheres* (1976-1978) e *Mulherio* (1981-1987), que tiveram uma inegável contribuição para o debate em torno dos direitos das mulheres. Além destes veículos, que integram este trabalho, existiram muitas outras experiências do movimento de mulheres e feministas, como os jornais *Maria Quitéria* (1977)<sup>13</sup>, *Correio da Mulher* (1979), *Chanacomchana* (do grupo de ação lésbico-feminista, 1982), o goiano *Mariação*, as revistas *Fotochoque Maria Sem Vergonha*, o programa de rádio *Mulher em 360°* (Rádio Capital/SP), o programa *Elas e mais elas* (Rádio Solimões) e diversos outros criados por grupos feministas em diferentes regiões do País.

Além de experiências que dizem respeito a grupos que se formaram a partir da criação de um veículo, o que se destaca no período são as iniciativas de produção de jornais como uma prática comum de diversos grupos feministas. Muitas vezes de forma artesanal e com poucos recursos, estes veículos eram publicados com o firme propósito de divulgar as causas feministas, dentro e fora do movimento. Exemplos destas experiências são os jornais *Agora é que são elas*, do Círculo de Mulheres Brasileiras<sup>14</sup>,

publicado em 1975, e *Brasília Mulher*, do Grupo Brasília Mulher, de 1982.

Em sua análise das origens da imprensa feminista brasileira, com os jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, Rosalina de Santa Cruz Leite<sup>15</sup> (2003) assim descreve o contexto em que os jornais se desenvolveram:

Mulheres que se auto-organizam nas periferias, em busca da garantia de direitos sociais, e as feministas preocupadas com a emancipação feminina, a discriminação, a sexualidade, o poder, reinventando uma nova forma de fazer política junto com a luta reivindicativa das classes populares. Só assim pode-se entender o papel desempenhado pelos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* nessa conjuntura<sup>16</sup>.

No *Brasil Mulher*<sup>17</sup>, primeiro jornal dirigido às mulheres e feito por mulheres, publicado pela Sociedade Brasil Mulher, o destaque é para o discurso da igualdade e das lutas pelas causas democráticas, que envolvem homens e mulheres. Segundo Elizabeth Cardoso, o *Brasil Mulher*:

É o primeiro jornal feminista brasileiro feito no Brasil e traz a gênese do debate entre mulheres feministas e mulheres militantes de esquerda: a situação clássica de dupla militância do movimento feminista no período de 1974 a 1980. Editado bimestralmente, em formato tablóide, contendo 16 páginas em preto-e-branco e ilustrado com fotos, item muito valorizado pela publicação, o *Brasil Mulher* tinha tiragem de 10 mil exemplares, com circulação nacional e venda em bancas, livrarias e por assinatura. Sua publicação cessa em março de 1980<sup>18</sup>.

As contradições ou impasses da dupla militância manifestam-se logo na primeira edição, diante de um editorial que causou polêmica ao anunciar que o *Brasil Mulher* “não é um jornal da mulher”. O editorial do jornal esclarece sobre esta postura:

<sup>11</sup>Idem, p. 16

<sup>12</sup>Idem, p. 14.

<sup>13</sup>Maria Quitéria não pode ser pensada como jornal feminista. Este periódico surgiu para divulgar as atividades e objetivos do Movimento Feminino pela Anistia. Ver a este respeito RAMOS, Andressa Maria Vilar. *A liberdade permitida. Contradições, limites e conquistas do movimento pela anistia: 1975-1980*. 2002. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, p. 57.

<sup>14</sup>Publicado em Paris por exiladas brasileiras.

<sup>15</sup>LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. Revista Estudos Feministas*. CFH/CCE/UFSC. Vol. 11, n. 1, 2003. p. 234-241.

<sup>16</sup>Idem, p. 238.

<sup>17</sup>O BM informa uma tiragem inicial de 5.000 exemplares e, em março de 1979, anuncia tiragem de 10.000 exemplares. Ao longo de sua existência, foram publicadas 16 edições regulares e mais quatro 'extras'.

<sup>18</sup>CARDOSO, E. Op. Cit. p. 43.

Não é o jornal da mulher. Seu objetivo é ser mais uma voz na busca e na tomada da igualdade perdida. Trabalho que se destina a homens e lheres. (...) Queremos falar dos problemas que são comuns a todas as mulheres do mundo. Queremos falar também das soluções encontradas aqui e em lugares distantes: no entanto, queremos discuti-las em função de nossa realidade brasileira e latino-americana. (...) Finalmente, Brasil Mulher deseja incorporar-se à imprensa democrática que, em meio à batalhas, o Brasil vê surgir. Teremos um número mensal e a sustentação desta proposta de comunicação depende unicamente da participação daqueles que com ela se identificarem<sup>19</sup>

O reconhecimento como um jornal feminista ocorreu mais tarde, quando reivindicações específicas passaram a ser enfatizadas no periódico. Ângela Borba<sup>20</sup> assim menciona os impasses presentes no período de reformulação do movimento, quando temas como sexualidade assumiam sua importância: “O último jornal saiu em março de 1980. Passávamos por outro processo de questionamentos de nossas concepções sobre o feminismo. A discussão era principalmente sobre a ligação da questão específica da mulher, com as questões gerais da sociedade”<sup>21</sup>.

Já o *Nós Mulheres*<sup>22</sup> se assume como feminista desde seu início e enfatiza o comprometimento com questões específicas das mulheres, a partir das quais desenvolve, ao longo da sua existência, um importante trabalho com mulheres de classes populares. Nas suas páginas, revela-se o comprometimento contra a opressão de sexo e de classe, e a defesa do feminismo da igualdade. No editorial que segue, o *Nós Mulheres* revela aspectos de sua identidade:

Que as coisas fiquem claras: mantemos a firme convicção de que existe um espaço para a imprensa feminista, que denuncia a opressão

da mulher brasileira e luta por uma sociedade livre e democrática. Acreditamos que a liderança da luta feminista cabe às mulheres das classes trabalhadoras que não só são oprimidas enquanto sexo, mas também exploradas enquanto classe. No Brasil, dada a incipiência da organização de todos que lutam por uma sociedade democrática e, em particular, da organização das mulheres, essa liderança ainda não foi assumida. E esse é o grande desafio que enfrentamos<sup>23</sup>.

O jornal *Mulherio*<sup>24</sup>, por sua vez, surgiu em São Paulo, no início de 1981, por iniciativa de algumas pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, que se dedicavam ao estudo da condição feminina no Brasil. O jornal não era ligado a nenhum grupo feminista em particular e dava destaque para questões relacionadas a comportamento e sexualidade, sendo publicadas 39 edições. Em um texto assinado por Adélia Borges, o jornal anuncia diversas apoiadoras em todo país:

Era apenas um folheto, desprezioso, anunciando o lançamento de um jornal. Mas a repercussão que o número zero de *Mulherio* alcançou surpreendeu-nos, como a demonstrar que a mulher brasileira precisa realmente de um veículo de comunicação que divulgue suas coisas de uma forma nova, nossa<sup>25</sup>.

Em um texto sobre o *Mulherio*, Adélia Borges<sup>26</sup> relata o crescimento do jornal e a sua repercussão entre as mulheres, feministas ou não. Ela conta que o jornal era distribuído gratuitamente para instituições, emissoras de televisão e rádio do país e também para entidades acadêmicas, grupos feministas, etc. Além disso, “alguns jornais de bairro e do interior de São Paulo reproduzem em parte ou inteiramente o jornal *Mulherio*. Algumas rádios do interior chegam mesmo a ler o jornal todo”<sup>27</sup>, o que demonstra que estas publicações circulavam de outros modos, além das assinaturas, chegando a um público mais amplo.

Em seu estudo sobre a imprensa feminista,

<sup>19</sup>Brasil Mulher, ano 1, n. 0, 9 de outubro de 1975, p. 2.

<sup>20</sup>BORBA, Ângela. “Sociedade Brasil-Mulher”. In: PROJETO MULHER. Mulheres em Movimento. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero; Instituto de Ação Cultural, 1983. p. 199.

<sup>21</sup>Idem, ibidem.

<sup>22</sup>O jornal, que publicou 8 edições de 1976 a 78, mantendo a periodicidade bimestral, não informa sua tiragem. Porém, sabe-se que sua circulação era voltada para os grupos de mulheres de São Paulo.

<sup>23</sup>Nós Mulheres, n. 7, março de 1978, p. 2.

<sup>24</sup>O *Mulherio*, que também mantinha uma periodicidade bimestral, foi o jornal feminista de maior duração, sendo publicado por seis anos. Embora a tiragem do jornal não conste na maioria das edições, em uma das publicações, de 1984, encontra-se a referência a uma tiragem de 12 mil exemplares.

<sup>25</sup>Nós Mulheres, n. 7, março de 1978, p. 2.

<sup>26</sup>O *Mulherio*, que também mantinha uma periodicidade bimestral, foi o jornal feminista de maior duração, sendo publicado por seis anos. Embora a tiragem do jornal não conste na maioria das edições, em uma das publicações, de 1984, encontra-se a referência a uma tiragem de 12 mil exemplares.

<sup>27</sup>*Mulherio*, ano 1, n. 1, maio/junho de 1981.

<sup>28</sup>BORGES, Adélia. “Jornal *Mulherio*”. In: PROJETO MULHER. Mulheres em Movimento. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero; Instituto de Ação Cultural, 1983. p. 22-24.

<sup>29</sup>Idem, p. 24.

Elizabeth Cardoso analisa o processo de transformação ocorrido na imprensa feminista, entre as décadas de 1970 e 1990, dividindo as publicações em duas fases: primeira geração, preocupada com as questões de classe e com as diferenças sociais (presente até o ano de 1980, quando ocorre a ruptura do feminismo com os partidos de esquerda, notadamente durante o II e o III Congresso da Mulher Paulista), e segunda geração (pós-1980), pautada nas questões de gênero. A autora observa, contudo, que é possível encontrar algumas características da primeira geração em títulos lançados nos anos 1990, bem como características da segunda geração em publicações da primeira, o que nos permite indicar alguns aspectos referentes à presença e ação de veículos de comunicação no processo de constituição do feminismo no Brasil.

Em linhas gerais, foi possível traçar características das publicações da primeira geração e características das publicações da segunda geração.

Nota-se que, enquanto a primeira está marcada pelo debate entre “questão da mulher” versus “questão geral”, feminismo liberal versus feminismo marxista ortodoxo, por reivindicações de ações públicas que coloquem as mulheres em igualdade com homens, pela questão da autonomia partidária e pelo combate à ditadura, já a segunda geração da imprensa feminista incorpora o conceito de gênero, assume os temas relacionados direta e exclusivamente às mulheres (como sexualidade, planejamento familiar e violência contra a mulher); tende para a especialização por temas; luta pelo direito à diferença e opera em parceria com um novo ator social, a sociedade civil organizada, na forma de ONGs a associações voltadas para a questão de gênero<sup>28</sup>.

Interessa notar que estes periódicos, embora assumam diferentes posições sobre o feminismo e os embates com a prevalência de causas políticas e/ou feministas, cumprem um importante papel no processo de fortalecimento do movimento. Este aspecto será observado através do espaço dedicado para o debate sobre a luta pela democracia e pelos direitos das mulheres e os assuntos envolvendo

sexualidade e direito ao corpo presentes nas publicações que compreendem o objeto deste trabalho.

## 2.2. Feminismo e imprensa alternativa no Chile

O movimento feminista no Chile renasce como produto da necessidade de resistir às formas de opressão impostas pelo governo autoritário de Pinochet<sup>29</sup>. Diante da crise da democracia, repressão e violação dos direitos humanos e exaltação dos valores patriarcais, as mulheres se organizam em defesa dos seus direitos e na luta pela democracia, muitas vezes realizando uma dupla militância (no movimento feminista e nos partidos de esquerda), como também aconteceu no Brasil.

Sobre as lutas dos movimentos populares pela democracia, Virginia Nuñez, em um artigo publicado na *Fempres* (1986), assim destaca:

La feroz política represiva adoptada por la junta militar desde el primer día del golpe en 1973, y el desmantelamiento total de las organizaciones sindicales, sociales, culturales y partidos políticos, no han logrado en este largo período paralizar la extraordinaria dinámica que reside en las fuerzas populares para diseñar nuevos métodos y estrategias dirigidos a restablecer en Chile a institucionalidad democrática y el estado de derecho. Durísima tarea: ha costado innumerables vidas, detenciones con desaparecimiento, salvajes torturas, eliminación de personas en supuestos enfrentamientos, prisión, supresión de libertades públicas y destrucción de nuestros más preciosos valores en el campo de la educación, las ciencias, la cultura en general. [...] Cerradas las posibilidades de recurrir a los medios normales de comunicación, surgen la difusión puerta a puerta, barrio a barrio: la hoja impresa o apenas manuscrita, la consigna, circulan con su efecto multiplicador, logrando, aunque con dificultad, muchas veces aun alto costo humano, orientar y fortalecer la diaria batalla por las libertades, por la vida, por la justicia<sup>30</sup>.

É importante considerar que as mulheres dos presos e desaparecidos (familiares e esposas) foram as primeiras a fazer uma manifestação pública contra a

<sup>28</sup>CARDOSO, E. Op. Cit. p. 38.

<sup>29</sup>A ditadura militar no Chile durou 17 anos, (setembro de 1973 a 1990) e deixou oficialmente 3.197 mortos, entre eles, 1.192 desaparecidos.

<sup>30</sup>NUÑEZ, Virginia. “La mujer presente en el combate por la democracia”. *Fempres* - Unidad de Comunicación Alternativa de la Mujer. Especial Mujer, 1986. p. 32

ditadura, manifestando sua capacidade de organização. De acordo com informações publicadas na *Fempres*<sup>31</sup> (1986, p. 33), em 1983, ano em que os protestos se intensificaram, reuniram-se mais de 11 mil mulheres no maior teatro de Santiago, em um ato de resistência. Neste mesmo ano, em 7 de novembro, o governo chileno declarou estado de sítio, o que significou 10.000 presos políticos em poucos dias. Diante deste contexto, a participação das mulheres foi expressiva:

Frente a tan apremiantes situaciones, las mujeres han redoblado las manifestaciones callejeras en Santiago, Valparaíso, Arica, Concepción y otros lugares; bloquean los supermercados protestando por las alzas incontroladas de los alimentos; desfilan vestidas de negro y depositan en la sede de la CEPAL en Santiago, un documento dirigido a la Comisión de Derechos Humanos de las Naciones Unidas, denunciando los excesos cometidos por la represión y vigencia del estado de sitio; grupos de mujeres distribuyen en los buses de transporte colectivo, llamados, volantes e “indicaciones” que contienen preposiciones de acción para las mujeres no organizadas; manifestaciones juveniles estallan en las calles, recintos universitarios, escuelas secundarias, barrios populares, clamando por sus derechos a la educación, la salud y el trabajo. Sus consignas sirven a la movilización y a la concientización: “El la calle y donde sea, la mujer a la pelea”, “Potente y valiente, la mujer está presente”, “La mujer tiene una voz que alzar y derechos que conquistar”, “Democracia en el país y en la casa”.

Seguindo a caracterização das fases do movimento de mulheres no Chile proposta por Sandra Palestra<sup>32</sup> (1991), utilizadas no estudo de Carmen Torres sobre as publicações feministas durante a ditadura militar, são considerados quatro momentos:

El primero (1973-1976) está marcado por la denuncia de la violación de los derechos humanos, denominado período de defensa de la vida. El segundo período (1977-1981) se

caracteriza por el inicio de la reflexión sobre los temas específicos de las mujeres. El tercero (1982-1986) se distingue por la formulación de demandas específicas de las mujeres en un clima de movilización política. Finalmente, durante los últimos años de dictadura (1987-1989), el movimiento de mujeres se caracteriza por la presentación de proposiciones específicas al futuro gobierno civil<sup>33</sup>.

De maneira semelhante ao que ocorreu no Brasil e em outros países da América Latina, a maioria as mulheres integrantes do movimento feminista no Chile vinha de uma militância ou proximidade pessoal e política com os partidos de esquerda e, portanto, com as lutas que iniciaram com a instalação do regime militar. De acordo com Marcela Tobar, Lorena Catalán e Elizabeth Caviedes,

Muchas habían tenido que refugiarse fuera del país, en los primeros años de la dictadura, y recién retornaban luego de transitar por países donde habían tenido la oportunidad de conocer y interactuar con un movimiento feminista que se consolidaba en diversas regiones del mundo desarrollado de la época. (...) Las feministas chilenas de finales de los setenta buscaban entender y reaccionar tanto frente al autoritarismo impuesto por la dictadura, como al fracaso del proyecto político de izquierda y su incapacidad para incorporar a las mujeres en su utopía revolucionaria<sup>34</sup>.

O fortalecimento do feminismo no Chile envolve a criação de centros de estudos sobre a mulher, organizações de mulheres, encontros e atos públicos realizados no período da ditadura militar. Entre as organizações de mulheres chilenas, destacam-se nos anos 1970 a criação de *ISIS Internacional*, principal centro de documentação feminina (1974) e o *Círculo de Estudios de la Mujer* (1977), primeira organização declaradamente feminista, que irá desenvolver uma ampla discussão que influenciou outras organizações durante a década seguinte.

De acordo com informações do Centro Estudios

<sup>31</sup>Fempres, 1986, p. 33'.

<sup>32</sup>GAVIOLA, E.; LARGO, E.; PALESTRA, S. *Una historia necesaria*. Mujeres en Chile: 1973-1990. Santiago de Chile, autoedición, 1994.

<sup>33</sup>TORRES, Carmen. Comunicación alternativa en dictadura: el caso de Chile. In: PORTUGAL, Ana Maria; TORRES, Carmen (org.). Por todos los medios: comunicación y género. Santiago: Isis Internacional; Ediciones de Las Mujeres, n. 23, diciembre 1996, p. 69.

<sup>34</sup>TOBAR, Marcela Ríos; CATALÁN, Lorena Godoy; CAVIEDES, Elizabeth Guerrero. *¿Un nuevo silencio feminista? La transformación de un movimiento social en el Chile posdictadura*. Santiago de Chile: Centro de Estudios de la Mujer/Editorial Cuarto Propio, 2003, p. 44.

“Miguel Enriquez”<sup>35</sup>, durante a década de 1980 surgiram no Chile diversos grupos feministas: o *Movimiento de Emancipación de la Mujer Chilena* (MENCH), *Mujeres de Chile* (MUDECHI), *Comité de Defensa de dos Derechos de la Mujer* (CODEM), *Mujeres por la Vida*, *Movimiento de Mujeres Independientes* (MMI), *Mujeres por el Socialismo*, *Movimiento de Mujeres Pobladoras* (MOMUPO) e *Coordinador Político de Mujeres de Oposición*. Além disso, as mulheres são as responsáveis pela *Agrupación de Familiares de Detenidos-Desaparecidos*, organização que teve um papel fundamental na luta pela democracia.

O feminismo de segunda onda que se desenvolve no Chile é assim herdeiro de uma tradição política de esquerda, marcada por uma 'vocalização opositora', em que as lutas específicas das mulheres foram aos poucos ganhando espaço. Conforme analisa Tobar, Catalán e Caviedes este

(...)es un feminismo que se plantea en oposición al autoritarismo militar, pero también a las formas tradicionales de hacer política, al estatismo de los actores políticos y al reduccionismo economicista que sesgaba los discursos de izquierda y que relegaba las aspiraciones de igualdad de género a un lugar secundario en la lucha para transformar la sociedad<sup>36</sup>.

Juntamente com a luta contra a opressão causada pela ditadura, as mulheres irão somar o combate à opressão no espaço doméstico, através do slogan criado por Julieta Kirkwood:<sup>37</sup> “Democracia en el país y en la casa”. Contudo, o reconhecimento da dupla dimensão do autoritarismo contra o qual lutavam implicou em conflitos na distinção entre 'feministas' e 'políticas', ou seja, entre os limites e possibilidades do feminismo autônomo e o ativismo feminista nos partidos políticos. A este respeito, Julieta Kirkwood assim apresenta os dois posicionamentos presentes no debate entre 'feministas' e 'políticas':

Uno, resumido en la frase “No hay feminismo sin democracia”, que significa, en otros términos, que la única movilización posible para las mujeres, ahora, es el apoyo o el acto de la lucha opositora al gobierno autoritario; que los problemas singulares de la discriminación de la mujer son secundarios a esta prioridad y pueden ser tratados después o sólo si no entorpecen dicha prioridad. Esta afirmación es sostenida por las mujeres políticas. El segundo aserto, opuesto al anterior, invierte los términos y pasa a afirmar que “No hay democracia sin feminismo”. Descartando las prioridades o contradicciones primarias o secundarias, afirma la naturaleza constitutiva de toda opresión que implica la dominación, discriminación y subordinación de las mujeres en el mundo privado y público<sup>38</sup>.

De acordo com Torres, assim como outros movimentos de mulheres na América Latina, “las chilenas organizadas buscan crear sus propios medios de expresión, formando parte de lo que se llamó la corriente alternativa en comunicación”<sup>39</sup>. Segundo a autora, as publicações das mulheres oscilam entre dois pólos: os temas políticos e os feministas: “las mujeres de las organizaciones editoras de estos boletines o revistas son confrontadas al autoritarismo político y al autoritarismo de la sociedad chilena, dos elementos cotidianos bajo el régimen militar”<sup>40</sup>.

Na análise de Torres, os grupos de mulheres existentes no Chile apresentam três objetivos: “defensa de los derechos humanos, reivindicaciones de género y la apertura de espacios de expresión en la prensa.”<sup>41</sup> Das organizações cujo objetivo é a participação das mulheres na luta geral contra a ditadura, Torres identifica os seguintes grupos e suas respectivas publicações: *Agrupación de Familiares de Detenidos Desaparecidos* (*¿Dónde están?*), *CODEM* (*Vamos Mujer* e *Tu voz mujer*), *MUDECHI* (*Boletín de Mujeres de Chile*) e *MEMCH'83* (*La Boletina Chilena*). Entre as organizações que apresentam reivindicações de gênero e demarcam uma consciência feminista, destacam-se na análise da autora: *Círculo de Estudios*

<sup>35</sup>Informações disponíveis no portal do Archivo Chile, do Centro Estudios “Miguel Enriquez” (CEME); <http://www.archivochile.com>. Acesso em: 20 de agosto de 2008.

<sup>36</sup>TOBAR, M. R.; CATALÁN, L. G. e CAVIEDES, E. G. Op. Cit. p. 44.

<sup>37</sup>A referência a Julieta Kirkwood é fundamental para compreender o feminismo chileno, tanto pelos seus escritos quanto pela sua militância política. De acordo com Alejandra Castillo (2007, p. 43), Kirkwood define o feminismo como um projeto de transformação social, não como uma política de interesse de um grupo em particular: “En este sentido indicará que el feminismo puede identificarse por la concurrencia de tres principios básicos: un principio de identidad, uno de oposición o definición de sus adversarios y un principio totalizador o de formulación del proyecto global alternativo.” (CASTILLO, Alejandra. Julieta Kirkwood: Políticas del nombre propio. Santiago de Chile: Palinodia, 2007)

<sup>38</sup>KIRKWOOD, Julieta. Ser política en Chile: los nudos de la sabiduría feminista. 2ª ed. Santiago de Chile: Editorial Cuarto Propio, 1990. p. 222.

<sup>39</sup>TORRES, C. Op. Cit. p. 68

<sup>40</sup>Idem, p. 78.

<sup>41</sup>TORRES, C. Op. Cit., p. 71



de la Mujer (*Boletín del Círculo de Estudios de la Mujer*), Frente de Liberación Femenina (*Testimonio*), Las Domitilas (*Palomita*), MOMUPO (*Inquietudes de la lucha*), Centro de Estudios de la Mujer (*Rulpa Dungun*), Casa de la mujer La Morada (*Boletín de La Morada*) e Coordinadora de las Mujeres de la Zona Oriente (*Caracolas*). E, segundo Torres, entre os grupos que compreendem seu estudo, criados a partir da necessidade de publicar um veículo que trate especificamente das lutas das mulheres, incluem-se a Federación de Mujeres Socialistas (*Fúria*), Unidad de Comunicación Alternativa de las Mujeres (*Mujer-Fempres*)<sup>42</sup>, Isis Internacional (*Mujeres en Acción*) e o grupo de mulheres que publica *Nos/otras*.

Em meio a este contexto de mobilização e visibilidade do movimento feminista, que marcou os anos 1980, o Chile vê surgir novos horizontes políticos. Porém, diante do processo de democratização do país, no período pós-ditadura, o que se verifica – à semelhança de outros cenários latino-americanos – é a desarticulação dos movimentos sociais. Este processo, denominado de 'silêncio feminista', teve a desmobilização e a institucionalização como principais características. Tobar, Catalán e Caviedes descrevem este momento de transformação do feminismo, pós-ditadura, através de três etapas: uma primeira (final dos anos 1980 até 1993), marcada pela busca de unidade e articulação em torno de uma identidade feminista; segunda etapa (1994–1996), em que se intensificam as diferenças entre distintas posições estratégicas e opções políticas, que produziu distanciamentos internos; e uma terceira etapa (1997 até a atualidade), em que se verifica uma crescente desarticulação e invisibilidade do feminismo enquanto ator coletivo e a consolidação de espaços e estratégias micro-sociais de ativismo<sup>43</sup>.

Em relação às novas formas organizativas que emergem a partir dos anos 1990, as autoras destacam o surgimento de meios de comunicação feministas:

En 1991 se crea *Marea Alta*, como un periódico de distribución mensual de información, sobre temas relevantes para las mujeres y difusión de sus actividades. Esta publicación se termina en 1994, y parte de su equipo crea el periódico *Puntada con Hilo*. En agosto de 1991, sale al aire *Radio Tierra*, proyecto de la Casa de la Mujer La Morada, que se plantea como la primera radio feminista en el ámbito nacional, que hace una propuesta cultural desde el feminismo, tanto en su programación como administración. En 1992, se crea *Conspirando*, revista latinoamericana de ecofeminismo, espiritualidad y teología<sup>44</sup>.

Observa-se que, tanto no Brasil quanto no Chile, o movimento feminista irá apostar na criação de espaços de expressão como meio de articulação e visibilidade de suas causas, seja em um contexto de ditadura ou diante da abertura (ainda que gradual e limitada) em tempos de democracia. Mesmo com condições de produção precárias, problemas de financiamento (que afetam a regularidade das publicações) e distribuição reduzida, a imprensa feminista se configura como um meio de reflexão e luta política do movimento, que irá traduzir suas tensões, avanços e perspectivas, durante e após a ditadura militar nos dois países.

### 3. Vozes do movimento feminista pela imprensa alternativa

A perspectiva de comunicação alternativa adotada neste trabalho compreende o caráter contra-hegemônico das produções dos grupos e movimentos sociais. De acordo com Grinberg,<sup>45</sup> “é alternativo todo meio que, num contexto caracterizado pela existência de setores privilegiados que detêm o poder político, econômico e cultural [...] implica uma opção frente ao discurso dominante”<sup>46</sup>. Para o referido autor, o alternativo surge para gerar mensagens com concepções diferentes ou opostas às difundidas pelos meios dominantes, apresentando uma diferença qualitativa em relação aos meios hegemônicos. A

<sup>42</sup>Viviana Erazo, uma das colaboradoras da revista, em conversa realizada em Santiago/Chile em outubro de 2008, lembra que a Fempres nasceu do seminário "La Comunicación Alternativa de la Mujer en América Latina", que aconteceu no México em 1982 e reuniu experiências de comunicação alternativa feminista de diversos países. A Fempres representou a formação de uma rede do movimento feminista, que buscava fortalecer as lutas das mulheres. Nas edições consultadas da revista, destacam-se informações sobre mobilizações do movimento de mulheres na América Latina e debates temáticos.

<sup>43</sup>TOBAR, M. R.; CATALÁN, L. G. e CAVIEDES, E. G. Op. Cit. p. 61.

<sup>44</sup>TOBAR, M. R.; CATALÁN, L. G. e CAVIEDES, E. G. Op. Cit. p. 76.

<sup>45</sup>GRINBERG, Máximo Simpson. "Comunicação alternativa: dimensões, limites, possibilidades". In: GRINBERG, Máximo Simpson (org.). *A comunicação alternativa na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1987.

<sup>46</sup>Idem, p. 18.

ênfase, portanto, está no conteúdo: “sem discurso alternativo não há meio alternativo”<sup>47</sup>.

Sabe-se que há uma significativa produção de mídia alternativa ao longo do período considerado (anos 1960-90), que indica a representatividade que o movimento feminista assumiu durante a ditadura militar, no Brasil e no Chile, na constituição de um discurso de resistência. Mas qual é o espaço para as questões específicas das mulheres nas publicações feministas? Como o movimento articula, nos dois países, a luta pela democracia com a luta pelos direitos das mulheres? A partir de alguns fragmentos de jornal, busca-se lançar um olhar sobre estas questões, observando os momentos e os enquadramentos do discurso sobre o direito ao corpo no Brasil e no Chile.

No caso do Brasil, a primeira publicação feminista (*Brasil Mulher*) levanta o debate sobre o conflito entre as questões políticas e as reivindicações das mulheres logo na primeira edição: “É impossível desvincular a luta pela emancipação da mulher de uma luta geral pela libertação do ser humano”<sup>48</sup>, diz o artigo “Da igualdade perdida”. E é com este destaque para temas voltados à situação política, com forte teor marxista, que o jornal tratará as questões das mulheres.

Tal postura do *Brasil Mulher* é alvo de críticas de outros grupos, assumidamente feministas, que cobram um maior comprometimento do jornal com as causas das mulheres. Na segunda edição do *BM*, é publicada a seguinte carta, reproduzida do jornal *Opinião*:

É decepcionante, pois, que esse jornal - bem impresso e barato (Cr\$ 2,00) - coloque a mulher como mais uma engrenagem do sistema sócio-econômico-político, em vez de procurar valorizá-la mais do que outros órgãos de imprensa”. Para E.M., *Brasil Mulher* “não é um jornal da mulher, conforme afirmou a primeira frase de seu editorial de apresentação, e conforme poderíamos supor pelo título. De suas 16 páginas, apenas 5 realmente tratam diretamente da mulher. Todas as outras páginas tratam de assuntos

gerais: da Campanha da Anistia aos irmãos Villas-Boas”<sup>49</sup>.

Porém, ao longo de sua existência, o *BM* irá abrir um maior espaço para as questões específicas das mulheres, principalmente no que se refere às reivindicações das mulheres trabalhadoras. Esta mudança de postura é apresentada no seguinte editorial:

Percebemos que o jornal, embora dirigido para a mulher, não estava levantando seus problemas específicos: salários inferiores aos dos homens mesmo quando executam trabalho idêntico; dificuldades de acesso à especialização profissional, com barreiras ao ingresso a determinadas carreiras; falta de meios que possibilitem a mulher deixar o lar para o trabalho, como: inexistência de creches, refeitórios nas fábricas, lavanderias coletivas; sua responsabilidade total nas tarefas domésticas, etc. É dentro desse quadro que se colocam as problemáticas centrais do jornal *Brasil Mulher* hoje<sup>50</sup>.

O jornal reconhece que “além da participação nas lutas mais gerais, deveria organizar-se para conquistar uma posição mais justa na sociedade brasileira”; no entanto, no que se refere à temática do planejamento familiar, o *BM* apresenta algumas contradições em seu discurso, pois, ao fazer a crítica às políticas controlistas, acaba se colocando em posição de contrariedade ao uso de métodos contraceptivos como a pílula, como se percebe em algumas matérias. Ao longo de suas edições, o jornal publicou diversos textos sobre planejamento familiar<sup>51</sup> e direito ao aborto<sup>52</sup>, que permitem entender como estes temas eram tratados no final da década de 1970.

O *Nós Mulheres*, por sua vez, assume uma postura de defesa dos interesses específicos das mulheres, com enfoque voltado às mulheres trabalhadoras e de camadas populares. Ganham espaço no jornal principalmente as mobilizações das mulheres e os

<sup>47</sup>Ibidem, p. 29.

<sup>48</sup>*Brasil Mulher*, ano 1, n. 0, out. 1975, p. 3.

<sup>49</sup>*Brasil Mulher*, ano 1, n. 1, dez. 1975, p. 13.

<sup>50</sup>*Brasil Mulher*, Ano 3, n. 10, dez. 1977, p. 02.

<sup>51</sup>Sobre este tema, destacam-se os textos: “Pílulas... ora, pílulas” (Ano 1, n. 1, dez. 1975, p. 6-7), que apresenta os problemas causados pelo uso do método; “Pílula: Solução ou problema?” (Ano 1, n. 3, 1976), com críticas às políticas de controle de natalidade; “O planejamento familiar da miséria” (Ano 2, n. 7, jun. 1977, p. 7), que argumenta que o problema da miséria não se resolve com pílulas; e “Mulher, patrimônio social do Estado” (Ano 3, n. 12, maio 1978, p. 13), que critica o programa de prevenção à gravidez de alto risco do governo, que estaria voltado para a distribuição de pílulas, sem assistência para as mulheres.

<sup>52</sup>No que diz respeito ao aborto, a questão é tratada nos seguintes textos: “No Brasil, o aborto é proibido. Mas acontece” (Ano 3, n. 13, jul. 1978, p. 3); e “Aborto: um direito de toda mulher” (editorial, março 1980). O *BM* também publicou uma série de artigos sobre sexualidade, reprodução e métodos contraceptivos, intitulada “Nosso corpo”, em 1978.

problemas envolvendo creches, custo de vida, violência, entre outros. O jornal assim menciona o debate sobre lutas feministas e lutas gerais:

É comum ouvirmos hoje em dia, das mais variadas pessoas e inclusive de mulheres verdadeiramente democratas, as seguintes frases: “O feminismo não é uma luta para países subdesenvolvidos como o nosso” ou “A luta pela emancipação feminina é importante, mas a luta pela emancipação dos trabalhadores é muito mais importante”. Os que assim falam não percebem que as palavras feminismo e emancipação feminina podem ter vários significados e perdem seu sentido se não vierem acompanhadas de uma explicação. (...) O feminismo serve não somente aos países subdesenvolvidos, mas também a qualquer país onde ainda existam homens e mulheres oprimidos<sup>53</sup>.

Em sua defesa dos direitos das mulheres, o jornal valoriza o universo do trabalho e as condições de vida das mulheres, sem abrir muito espaço para assuntos como aborto e contracepção. As matérias publicadas no jornal basicamente criticam as políticas verticais de controle de natalidade e os assuntos relacionados à sexualidade aparecem apenas em algumas edições<sup>54</sup>.

O jornal *Mulherio*, entretanto, publicado já nos anos 1980, assume as questões de comportamento e sexualidade como assuntos centrais de suas páginas. Perpassando também a militância acadêmica, os textos publicados questionam os modelos de sexualidade, defendem o direito ao corpo e debatem como o movimento feminista se posiciona sobre estes temas, nem sempre de forma homogênea. Com uma caracterização feminista menos amarrada às reivindicações de esquerda, são publicados diversos textos sobre aborto, controle de natalidade, sexo e planejamento familiar<sup>55</sup>.

Percebe-se – através dos discursos dos jornais alternativos – que o movimento feminista brasileiro, a partir dos anos 1980, passa a incorporar as demandas das mulheres pelo direito ao corpo e pela autonomia sexual em suas práticas de resistência, embora os

embates em torno do que seriam lutas 'legítimas' continue a permear a ação das organizações. A incorporação, gradual, deste universo de reivindicações, reconfigura a ação do movimento em sua trajetória.

O movimento feminista chileno, por sua vez, conforme se demonstrou neste artigo, irá apresentar uma dificuldade maior para expressar suas demandas específicas, devido à prevalência dos 'temas políticos' no interior do movimento. Percebe-se que a conjuntura política do país reflete a predominância por estes temas, o que faz com que os rigores da ditadura chilena repercutam em um tipo de caracterização do movimento (marcado pela relação com os partidos de esquerda), enquanto no contexto brasileiro observa-se uma maior (ainda que limitada) abertura para o tratamento das questões específicas das mulheres, principalmente no que diz respeito ao debate sobre o direito à autonomia reprodutiva e à sexualidade.

Se somente no período que compreende o final dos anos 1980 no Chile as questões específicas das mulheres são tomadas como referência para a ação feminista, o lugar para temas como o direito ao corpo e a sexualidade apresenta-se bastante limitado no interior do movimento. O silenciamento em torno destas questões evidencia a existência de um contexto político no Chile em que, assim como em outros países do Cone Sul, o feminismo de segunda onda é marcado pelo conservadorismo da sociedade, pela influência da Igreja Católica e pela prevalência das chamadas 'lutas gerais' que cercam a resistência à ditadura.

Sobre a ausência de reivindicações específicas das mulheres nos anos 1980, Julieta Kirkwood observa:

Incluso las mujeres más conscientes política y socialmente no si perciben a si mismas como mujeres, sujetos de reivindicación propia, sino como ciudadanas y como miembros de una clase social determinada. Esta es una de las razones por las cuales la discriminación femenina aparece disfrazada o directamente negada: las propias mujeres no siempre se visualizaron a sí mismas como objetos de una

<sup>53</sup>Nós Mulheres, Editorial, n. 6, agosto/setembro de 1977.

<sup>54</sup>Sobre o planejamento familiar, o *Nós Mulheres* publica os seguintes textos: “Ser ou não ser mãe” (n. 1, junho 1976, p.17), que problematiza o argumento de que o crescimento populacional é causa de miséria; “Pílulas para milhões”, sobre denúncias envolvendo os programas realizados pela Bemfam no Brasil, e “Rumo ao planejamento familiar”, sobre a implantação do Programa Materno-Infantil (n. 6, agosto/setembro 1977, p. 12). O jornal também traz textos informativos sobre os métodos contraceptivos disponíveis, como no texto “Como evitar a gravidez” (n. 6, agosto/setembro 1977, p. 13).

<sup>55</sup>O planejamento familiar é capa da edição n. 8 (julho/agosto 1982) e assunto trabalhado em diversas edições (n. 14, julho/agosto 1983; n. 17, julho/agosto 1984; n. 21, abril/maio/junho 1985, entre outras). O aborto também é tema recorrente no *Mulherio*, seja discutindo os aspectos legais, o drama das mulheres que enfrentaram esta experiência ou defendendo o direito ao corpo (ver edições n. 15, setembro/outubro 1983; n. 30, julho 1987; n. 38, março 1988).

discriminación específica, no postulándose como sujetos reivindicando su propia opresión<sup>56</sup>.

organizações de mulheres, demarca sua posição sobre as lutas pelo direito ao aborto, destacando os impactos da ditadura de Pinochet:

Mesmo depois da redemocratização daquele país, este debate a respeito da sexualidade e do direito ao corpo continua pendente, sendo prolongado ao longo dos anos 1990. A ditadura de Pinochet acabou com ações de planejamento familiar: desestimulou o uso de contraceptivos, ordenou nos consultórios que se retirassem os DIUs das mulheres e derrubou a lei do Aborto Terapêutico, que existiu até 1989. A questão do aborto se insere na pauta feminista a partir deste momento, quando o aborto passa a ser clandestino no Chile, não havendo nenhum permissivo legal para esta prática (situação esta que se mantém até hoje). Os textos que seguem, do jornal *Marea Alta*, indicam a importância deste debate:

Aborto – debatir sin caretas: Divorcio y aborto están entre los temas que han tenido mayores obstáculos para ser debatidos. Muy distintos uno del otro pero ligados ambos a la vivencia cotidiana de las mujeres y la familia, están atravesados por implicaciones sociales, éticas, valóricas y religiosas que complejizan su tratamiento. (...) El divorcio ya ha sido discutido suficientemente y existe consenso – pese a algunos reparos – en la urgencia de legislar al respecto. El aborto sigue siendo un problema pendiente<sup>57</sup>.

“Hablemos de aborto terapéutico” – Se trata de que el aborto sea una opción posible. Y no de que las mujeres aborten 'como si sacaran una muela'. Es verdad que la ciencia médica ha superado problemas que en el pasado fueran causa de interrupción provocada del embarazo. Sin embargo, han surgido otras, por ejemplo el SIDA y la ancefalia, que aumenta, presumiblemente por los pesticidas. No se habla de aborto a destajo, ni se aborta en vez de anticoncepción. Se habla de una ley que dé la oportunidad de conservar la vida a mujeres (generalmente pobres), que mueren por abortos ilegales mal hechos<sup>58</sup>.

También a revista feminista chilena *Puntada con Hilo*, que publica materias sobre comportamiento, sexualidade e informações sobre eventos e

Legislar en favor del aborto, es legislar en favor de la vida de las mujeres. En Chile, se presume la ocurrencia de 150 mil abortos anuales. Todos bajo la presión de la ilegalidad, muchos en condiciones inhumanas. (...) Al reconocer los Derechos Reproductivos de las mujeres, al despenalizar el aborto, la sociedad estaría admitiendo nuestro derecho al placer y 'devolviendo' el cuerpo femenino a quien pertenece, nosotras. (...) Si se respetaran los Derechos Reproductivos, las mujeres decidiríamos, sin riesgo y con apoyo... por ahora, abortamos en silencio, escondidas, atemorizadas, culpabilizadas algunas, ayudándonos, solidarias, apoyándonos, otras<sup>59</sup>.

Pode-se dizer, diante destes discursos produzidos pelo movimento feminista no Chile, que o principal inimigo a ser combatido, durante e após a ditadura militar, foi o conservadorismo da sociedade, que – em sintonia com a ação da igreja Católica – pregava uma determinada concepção de família em que não havia espaço para questões como divórcio, aborto, liberdade sexual e direito ao corpo. É neste contexto que as páginas da imprensa feminista ocupam uma importância fundamental (ainda que não se possa indicar concretamente seu alcance e influência), na medida em que fazem ecoar um discurso de resistência que contrasta com os valores hegemônicos, produzindo outras percepções e subjetividades das mulheres enquanto sujeitos capazes de decidir e agir no meio social.

#### 4. Considerações Finais

Em uma abordagem comparativa entre o Brasil e o Chile, no que diz respeito às lutas das mulheres em tempos de ditadura, observa-se que nos dois países as reivindicações específicas, principalmente as voltadas ao direito ao corpo e à sexualidade, se deram em um contexto marcado por embates com setores conservadores, cujo discurso se baseava na

<sup>56</sup>KIRKWOOD, Julieta. *Ser política en Chile: las feministas y los partidos*. FLACSO: Santiago de Chile, 1986, p. 49.

<sup>57</sup>Marea Alta, April 1994, p. 06.

<sup>58</sup>Marea Alta, Diciembre 1993.

<sup>59</sup>Puntada con Hilo, Año 2, n. 13, noviembre 1995.

preservação dos modelos hegemônicos de feminino, e com os partidos de esquerda, que entendiam que as lutas específicas estariam desvirtuando a luta principal, contra a ditadura.

Através de textos publicados nos periódicos alternativos e de pesquisa bibliográfica sobre o tema, percebe-se que, em temporalidades distintas – uma vez que as temáticas voltadas ao direito ao corpo ocorrem mais tardiamente no Chile, apenas no final dos anos 1980 –, as formas de resistência operadas pelo movimento feminista vão incorporando a necessidade do movimento construir sua autonomia, para enfrentar questões voltadas exclusivamente às mulheres. Conquistar este espaço representou o repensar dos movimentos sobre seu papel e a sua atuação, durante a ditadura e mesmo depois da conquista da democracia, quando algumas marcas do autoritarismo do período permaneceram presentes.

É interessante observar, ainda, a atualidade das questões discutidas durante a ditadura militar sobre o aborto e as políticas de planejamento familiar – que assumiram, entre os anos 1980 e 90, o conceito político de direitos reprodutivos –, que permanecem na agenda política dos dois países, não sendo registrados avanços significativos na garantia dos direitos das mulheres de decidir sobre seu próprio corpo.

Desse modo, ao percorrer o processo de fortalecimento e transformação do feminismo no Brasil e no Chile, através de uma leitura histórica do período, pode-se vislumbrar os embates e as conquistas vivenciadas pelas organizações de mulheres, em meio à repressão política, na luta pela democracia conjugada com a gradativa visibilidade das questões específicas. É neste contexto que as vozes da imprensa alternativa apresentavam as dissonâncias, as bandeiras e a necessidade das mulheres se fazerem ouvir, reivindicando uma efetiva democracia política e uma plena igualdade de gênero, seja nos seus países ou em suas casas.

Artigo recebido em: 20/06/2009

Artigo aprovado em: 25/06/2009